

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875



JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

B2

ECONOMIA

TERÇA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2022

O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lições para o setor elétrico



Passou da hora de criar plano para crises energéticas e monitorar risco de racionamento com transparência

As falhas do governo na condução da crise hídrica começaram a ser expostas à sociedade. Relatório elaborado pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia do Tribunal de Contas da União (TCU) explicou as razões pelas quais os con-

sumidores têm pago tão caro pela energia que abastece suas casas. Mais do que um diagnóstico do que passou, a análise tem o objetivo de apresentar as lições que devem ser aprendidas e prevenir a ocorrência de novos problemas no setor elétrico.

O tom do relatório é duro e, se aprovado pelo plenário da Corte de Contas, imporá ao Ministério de Minas e Energia (MME) uma série de determinações. Uma das principais é a elaboração de um plano estratégico de contingência para o enfrentamento de situações como a que o País tem passado nos últimos meses, com base em estudos para avaliação individualizada da economicidade e efetividade de cada uma das medidas adotadas pelo governo.

Entre as ações que foram aprovadas ao longo de 2021 estão o acionamento de todo o parque de termelétricas, mesmo as mais caras e poluentes, importação de energia do Uruguai e da Argentina, retenção de água nos reservatórios das usinas e programas de incentivo à redução do consumo. Para dar efetividade às decisões, o governo criou, por meio de medida provisória, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), colegiado presidido pelo MME e com participação de vários ministros.

Coube à já extinta Creg criar a bandeira de escassez hídrica, de R\$ 14,20 por 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, cobrada nas contas de luz desde setembro. O anúncio da taxa extra foi feito um

dia antes que ela entrasse em vigor – por meio de um atropelo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem a função de homologar reajustes e revisões tarifárias definida em lei –, sem que o governo apresentasse os cálculos que levaram a esse valor. Por razões políticas e para diminuir o impacto na inflação, o MME ignorou a recomendação da área técnica do órgão regulador, para quem a cobrança deveria ser de quase R\$ 25 por 100 kWh.

Para o TCU, a estrutura de governança do setor elétrico precisa ser aprimorada, de forma a evitar que “novos comitês, câmaras ou colegiados com poderes excepcionais tenham que ser criados, reforçando ainda mais a importância de ser elaborado um plano estratégico de contingência, que deve se basear na maior quantidade possível de informações, análises e evidências pertinentes”. É uma clara crítica à Creg.

A necessidade desse plano já havia sido apontada há 15 anos pelo Instituto Acende Brasil e pela consultoria PSR. Em 2007, quando o País passou por outra crise energética – algo recorrente na história recente –, as instituições sugeriram a regulamentação de uma medida comum de segurança de suprimento que apurasse o risco de decretar um racionamento, com metodologia clara para ações de prevenção, distribuição de responsabilidades entre entes e comunicação transparente entre Executivo, agentes e sociedade. Em resumo, tudo o que o governo não fez. ●